

As tendências internas do Partido dos Trabalhadores: o surgimento do PT.

Alexandre dos Santos Lopes¹

Resumen: La propuesta es presentar mi disertación de maestría defendida en diciembre de 2009 en la Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, Brasil, bajo el título: *A Metamorfe da Atuação Política do Partido dos Trabalhadores 1987-1991*. El presente artículo busca demostrar el surgimiento del PT a través de sus tendencias internas. Se consultaron archivos históricos de la Fundación Perseu Abramo y, Centro de Documentación y Memoria de la UNESP (CEDEM). La metodología abordada está constituida por los escritos de Gramsci (2000). Organizamos el trabajo con el análisis de las corrientes políticas trotskistas y marxista-leninistas, así como de los sectores ligados a la iglesia católica, y de la tendencia mayoritaria del partido, la Articulación de los 113. El resultado presentado constituye en el surgimiento de una nueva izquierda brasileña, distintas de las tradiciones comunistas y guerrilleras. La democracia en un escenario de apertura política, será la expresión máxima de la lucha por la construcción y consolidación del Partido de los Trabajadores en el seno de la sociedad brasileña.

Palabras clave: Tendencias Internas/ Partido de los Trabajadores/ Brasil.

¹ Professor de Sociologia do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Campus Coxim. Estudante de Doutorado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília. Atualmente em intercâmbio com o Programa de Posgrado em Ciência Política da Udelar (2018-2019). E-mail: alelopes66@gmail.com *Trabajo presentado en las XVII Jornadas de Investigación de la Facultad de Ciencias Sociales-Udelar, 2018)*

Introdução

Esta pesquisa parte da dissertação de mestrado intitulada: A Metamorfose da Atuação Política do Partido dos Trabalhadores 1987-1991, defendida em dezembro de 2009². No Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação convivem diversas organizações e tendências. A partir de 1983, dois grandes blocos se evidenciam: a Articulação e as tendências minoritárias.

Uma das contribuições mais relevantes para que possamos entender a trajetória dos partidos políticos está fundamentado em parte, no “O Moderno Príncipe” (Gramsci, 2000). De acordo com a apreciação de Gramsci sobre quem representaria o *Príncipe* de Maquiavel na sociedade moderna, o partido ganha destaque por representar a complexidade da sociedade na qual está inserido, com a tarefa de efetivar uma ação para alcançar a existência de uma *vontade coletiva* reconhecida e fundamentada pela ação, ou seja, na filosofia da práxis, cuja visão do autor, “seria a primeira célula na qual se aglomeram germes de *vontade coletiva* que tendem a ser tornar universais e totais”.

Na presente análise, acreditamos que a Articulação³ representava a tendência majoritária existente no PT. Dentro de cada agrupamento que participaram da fundação do PT, podemos encontrar diferentes concepções defendidas. A pesquisa de Antonio Ozaí da Silva (1986) é referencial na discussão acerca das tendências no Brasil.

As organizações trotskistas

A tendência política “O Trabalho”, mais conhecida pelo nome de Libelu (Liberdade e Luta), foi uma chapa estudantil que disputou eleições ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP. Este agrupamento político foi impulsionado pela Organização Socialista Internacionalista (OSI) e fazia uma análise de que os sindicatos oficiais atrelados à Consolidação das Lei do Trabalho (CLT) travavam lutas políticas através de reivindicações incompatíveis com a tese de autonomia sindical, que está presente no

² Para pesquisadores do tema, estudantes e público em geral, segue link com trabalho completo: http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/lopes_as_me_mar.pdf
Data de acesso: 21/08/2018

³ Vinculam-se à Articulação Luís Inácio da Silva (Lula); José Dirceu; Olívio Dutra; Luís Gushiken; Jair Meneguelli; Aloizio Mercadante, Plínio de Arruda Sampaio. Reúne também, militantes não mais vinculados a grupos organizados: sindicalistas autênticos, cristãos, intelectuais e militantes de esquerda independentes, bem como ex-militantes da esquerda organizada, particularmente da extinta ALN e, a partir de 1987, os dissidentes do grupo trotskista, O Trabalho.

“Manifesto Programa do Partido dos Trabalhadores”, cuja tese defendia que os sindicatos deveriam ser dirigidos por uma política independente.

A OSI defendia que o PT não era um partido revolucionário e colocaram-se contra o seu surgimento. Em relação às propostas da OSI encontradas em sua I Conferência Nacional: o PT é uma resposta ao movimento do operariado no sentido de sua organização independente. É uma resposta que atende aos interesses de *autopreservação da pelegada* ‘autêntica’, bem entendido (Silva, 1986, p. 180).

No entanto, as propostas da OSI referentes ao PT modificam-se conforme o tempo. No IV Congresso, segundo Antonio Ozaí (1986), a organização opta pelo PT considerando que o partido se constrói como uma opção do operariado pelas relações que tem com as massas e que, “construir o PT, contribui com a construção do partido revolucionário.” A OSI tentava uma aproximação com a Articulação dos 113, pois considerava que esta corrente era o pilar de sustentação do PT. Esta foi uma tentativa de levar as influências da IV Internacional ao partido, acreditava-se que a aproximação à Articulação dos 113, transformaria-se em mais uma organização da IV Internacional.

Ao ingressar no PT, a OSI defendeu que se construísse como um partido de classe, combatendo a ideia de um partido ‘dos trabalhadores e da sociedade’ ou de um ‘partido aberto’. Conforme Karepovs e Leal (2007) era preciso lutar pelo término da ditadura brasileira, romper os acordos firmados pelos governos com o imperialismo, lutar pela independência nacional, etc. Ainda lembram que conjuntamente à Convergência Socialista fizeram um manifesto ‘Em 82 vote PT – Contra a ditadura, os patrões e seus partidos’. Ao longo de 1984, defenderam a convocação de uma Assembleia Constituinte sem a participação das oposições no colégio eleitoral.

Conforme a execução de novos Congressos, a OSI adota o nome de Fração da IV Internacional e tenta uma aproximação com o intuito de aprofundar sua integração no PT. Mais tarde adota o nome *O Trabalho* e passa a ser uma corrente do PT respeitando e adotando as resoluções do partido.

A Causa Operária (CO), surgiu de uma cisão do Comitê Internacional pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI). A Causa Operária desde o surgimento do PT tentou influir em seu destino travando debates acerca da organização e atuação do partido. Defendia que o PT estivesse envolvido na formação de comitês dentro dos sindicatos para que fossem organizados a partir de seu lugar de trabalho, nos sindicatos classistas e de massas, um partido operário. A CO sempre se recusou encapar as propostas da Articulação dos 113 e de outras correntes do PT, o seu pequeno número de militantes

aliado a falta de correspondência com as demais organizações dentro do PT, causaram ao seu isolamento dentro do partido e, conseqüentemente do movimento operário.

A história da formação da Convergência Socialista (CS), remonta de brasileiros que estavam no exílio na Argentina e possuíam uma publicação chamada “Independência Operária”. Estes exilados organizaram-se em torno da Tendência Leninista-Trotskista do Secretariado Unificado (SU) que junto com militantes da FBT formaram a Liga Operária, que tinham como referência o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) da Argentina. Em 1977, a Liga Operária passa a chamar-se Partido Socialista dos Trabalhadores e lança o movimento Convergência Socialista, cujos objetivos eram aglutinar militantes socialistas para a formação de um partido no Brasil. Em 1979 o PST passa a se chamar Convergência Socialista.

A Convergência Socialista desde o lançamento do PT encampou a ideia de formação do partido, mas sempre formulava muitas críticas referentes às formas de sua organização. Por serem uma organização da IV Internacional, com a proposta de construir o Partido Revolucionário no Brasil, ou seja, o Partido da IV Internacional, definiram suas posições a favor da construção do Partido dos Trabalhadores em contraposição às propostas do Partido Comunista Brasileiro, visto como um partido contrarrevolucionário. Entretanto, ao encampar a ideia da construção do PT, suas críticas estavam voltadas à direção petista, que estaria conduzindo o partido a uma política de conciliação com a burguesia e ao capitalismo e que o partido estaria caminhando para tornar-se simplesmente eleitoreiro, abandonando as lutas sociais.

Conforme documento oficial (BASES PROGRAMÁTICAS, 1988) da CS, o PT seria uma proposta pequeno-burguesa, pois em lugar de ter como base as organizações operárias de massas, tinha uma proposta de aliança da burocracia sindical com os grupos pequeno-burgueses de esquerda baseada na formação de núcleos, o que não superava o chamado nacionalismo burguês. Defendiam a formação de frações sindicais⁶ que deveriam possuir autonomia de atuação independentemente da vinculação partidária.

Para a CS o processo de transição foi reflexo das lutas populares que teriam forçado a derrubada da ditadura militar, o que representava um momento de ruptura revolucionária. Com esta análise, a CS aprofunda sua atuação na CUT e tenta implementar uma política de classe na busca de unidade do movimento operário. Acreditavam na ideia de que seriam o embrião do Partido Revolucionário. Karepovs e Leal (2007) afirmam que a organização em 1984 viu a necessidade de lutar por uma Constituinte livre, democrática e soberana, contra o pacto social.

Em 1979 surgiu a Democracia Socialista (DS). Formada a partir de Dissidências Estudantis de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Segundo Antonio Ozaí (1986), um dos fatores que permitiram a formação da DS foi a participação da Dissidência de MG e do RS na criação do jornal “Em Tempo”. A Democracia Socialista participou do PT desde sua fundação. Em 1983, com surgimento da Articulação dos 113, a organização passa a formar articulações em composição com outras tendências que atuavam no PT. A DS compôs a “Alternativa Operária e Popular”, destacando-se como principal força política que visava construir uma articulação de esquerda revolucionária no PT. Esta articulação baseava-se na defesa da “*independência política da classe trabalhadora*”, “*uma alternativa operária e popular*”, “*uma opção pela revolução brasileira*”, “*a democracia operária na construção do socialismo*”, “*a luta pela construção do PT como um partido militante, dirigente das lutas dos trabalhadores*”, entre outras plataformas políticas.

O jornal “Em Tempo”, porta-voz da DS⁴, propunha em suas diversas publicações, que o Partido dos Trabalhadores encapasse a plataforma de apoio à construção de uma Assembleia Nacional Constituinte, combinando o processo de sua construção com a luta pela derrubada da ditadura militar.

A Democracia Socialista propunha construir um partido revolucionário que fosse capaz de dirigir a revolução brasileira. Esta revolução abrangeria um processo de massas, que entraria no cenário político para fazer enfrentamento ao Estado, construindo assim um novo poder político a partir dos órgãos criados pela auto-organização dos trabalhadores. Na leitura realizada por Karepovs e Leal (2007), durante as eleições de 1982 lançaram candidatos próprios com a palavra de ordem ‘*Trabalhador vota em trabalhador*’, pois acreditavam que este mote animaria os trabalhadores e diminuiria o controle da burguesia sobre a classe trabalhadora.

As posições assumidas pela DS tiveram a influência marcante do SU da IV Internacional, por quem os líderes da Democracia Socialista já eram influenciados antes mesmo da fundação do grupo. Em linhas gerais, a corrente dirigida por Mandel criticava a experiência stalinista e todas as outras formas de Estado burocrático, qualificados como “*degenerados ou deformados*”, e defendiam a ditadura do proletariado com democracia socialista, e o partido revolucionário teria um papel fundamental a desempenhar. O SU

⁴ Conforme Karepovs e Leal (2007) o jornal “Em Tempo” agregaria, em sua primeira fase, grupos tão variados como o Centelha, de Minas Gerais, o Nova Proposta, do Rio Grande do Sul, o Movimento pela Emancipação do Proletariado, o Sub-Frente, a Ação Popular Marxista-Leninista, o Grupo Debate, o MR-8, representantes da OSI e independentes.

afirmava que os Estados tinham uma natureza de classe, e que, como tal, serviam de instrumento para manter no poder uma determinada classe, o que o levava à conclusão de que “todos os Estados são ditaduras”. Nesse sentido é que a democracia burguesa representava a ditadura da classe que controlava o Estado (ditadura burguesa), mas que, contraditoriamente, era minoria em relação à classe proletariada (Ângelo, 2007, p. 03).

Conforme os “Cadernos de teses da DS”, logo que surgiu, o PT representava um passo histórico para o proletariado brasileiro. “Representa um esforço dos setores fundamentais da vanguarda do movimento operário e popular no sentido de construir um partido próprio dos trabalhadores, com uma política própria” (DS, 1988, p. 9). O PT também representaria o único partido em oposição a transição em curso no Brasil, que era oposto a conciliação de classes, que tinha como meta os interesses dos trabalhadores.

As organizações marxista-leninistas

A Organização Comunista Marxista Leninista – Política Operária (OCML - PO), mais conhecida como Nova Polop, enxergava que o rápido crescimento petista estava ligado ao descrédito que a classe trabalhadora depositava nas alternativas políticas existentes, fosse no MDB ou no PTB, cujas alianças com as classes dominantes deixaram as reivindicações das classes subalternas em segundo plano.

Em seu periódico, o “Política Operária”, define o PT “como um partido organizado pela base, presente nas lutas das massas trabalhadoras e que pretende unificá-las” (OCML-PO, 1980, p. 14). O PT está organizado na luta contra o poder econômico e político dominantes. É um partido que visa à autonomia dos trabalhadores através das lutas emancipatórias, como por exemplo, a luta pela autonomia sindical, lutas salariais. A OCML-PO acreditava que o PT por ser expressão mais avançada da classe trabalhadora no Brasil possibilitaria a construção de um partido revolucionário capaz de dirigir a revolução brasileira. No entanto, fez críticas à direção petista, acusando-a de “*cupulismo*”, como expressão da experiência política da década de “*chumbo*”.

Enfatiza que os núcleos de base formados pelo PT caracterizam uma forma de organização peculiar, que permitia a discussão de diversas organizações incluídas no PT, como fruto da democracia interna do partido.

O Partido Revolucionário Comunista (PRC) teve sua fundação em 1984. Oriundos de uma cisão do PC do B, acreditavam que o PT era um partido reformista que pregava a ascensão das massas através da ordem capitalista vigente. O PRC definia-se como uma

organização marxista-leninista e formulava críticas às correntes trotskistas e ao stalinismo como degeneração do pensamento marxista. Em 1985 decide entrar para o PT por acreditarem que era o único partido não integrado com a transição burguesa.

O PT seria então um partido de frente de esquerdas, que agruparia uma constelação de partidos e tendências em seu interior. O PRC não colocava-se como uma tendência do PT, definia-se como uma organização política revolucionária clandestina, com existência própria, autônoma, que define sua atuação partidária-legal de seus militantes, como filiados individuais.

O Movimento Comunista Revolucionário (MCR) foi fundado em 1985, uma fusão do MEP, da Ala Vermelha, OCDP. Para o MCR, a construção do PT passa pelo combate ao “*basismo*”, e ao “*obreirismo*”, e à supremacia das correntes autonomistas e socialdemocrata. Em seu I Congresso afirmam que trabalhavam para construir o PT como um amplo instrumento político, que representasse a unidade dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Não acreditavam na ideia de que o PT fosse um partido revolucionário. Reconheciam que o partido cumpriria um papel estratégico para a revolução brasileira, por reunir diversos setores da classe trabalhadora. O MCR lutava pela unificação dos comunistas revolucionários brasileiros em um único partido. Nas condições objetivas brasileiras, a revolução tem um caráter socialista, pois visa criar e assegurar as condições para a transição do capitalismo ao socialismo e cumprir as tarefas democráticas, antimonopolistas e anti-imperialistas.

A Igreja Católica

A Igreja Católica teve um papel importante na fundação do Partido dos Trabalhadores. As comunidades Eclesiais de Base (CEBs) eram organismos da igreja que atuavam nos bairros, organizando os trabalhadores em suas lutas cotidianas, como organização de movimentos sem-teto, entre outras lutas. A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de 1968, já sinalizava em seus documentos, a busca por liberdade e autonomia dos pobres oprimidos do Terceiro Mundo. Na terceira Conferência do Episcopado de 1979, os documentos apresentam duras críticas ao sistema capitalista de produção: a economia do mercado livre, na sua expressão mais pura ainda vigorante em nosso continente, e legitimadas por ideologias liberais, tem alargado o fosso entre ricos e pobres, pelo fato de antepor o capital ao trabalho, os interesses econômicos aos sociais (Greinhacher, 1995).

A opção da Igreja em lutar pelos pobres fez com que a Teologia da Libertação entrasse na disputa política, e também contribuiu pela sua afirmação enquanto tendência de pensamento da Igreja Católica, que gerou adeptos do pensamento crítico de esquerda. Armando Boito Jr. (1999, p. 210), diz que a Igreja Católica, no início do novo sindicalismo, marcado pelas greves de 1978 e 1979, teve participação fundamental, tanto ideologicamente como politicamente. As organizações da esquerda marxista estavam debilitadas no Brasil, mas a Teologia da Libertação, ao contrário dos movimentos marxistas de esquerda, estava em ascensão no Brasil e na América Latina. A ação da Teologia da Libertação⁵ contribuiu para a orientação de esquerda assumida pela liderança sindical emergente no ABCD paulista, que poucos anos depois organizaria a tendência Articulação.

Enfatizamos que a igreja só ingressou de fato no PT, em 1983. As CEBs tiveram um papel decisivo na organização dos movimentos populares urbanos. A forma de organização molecular e a prática cotidiana são expressões de organização e, sobretudo, de amadurecimento político, que parte da própria dinâmica estabelecida pelos trabalhadores, impedindo a atuação de partidos políticos com centralismo democrático. A luta trava-se como expressão autônoma dos próprios trabalhadores.

Os setores que se integraram ao PT na época de sua fundação foram a Pastoral Operária e alguns intelectuais, como Plínio de Arruda Sampaio. Podemos constatar esta afirmação na leitura dos trabalhos de Boito Jr. (1999), Costa (1998), nos documentos publicados pela Democracia Socialista, entre outros. A presença dos setores progressistas foi fundamental para a formação do PT, principalmente para o surgimento e fortalecimento de seu núcleo dirigente.

Articulação dos 113

A Articulação dos 113 surge em 1983 como fruto de oposição às correntes organizadas no interior do Partido dos Trabalhadores, formada por setores ligados a Lula, aos sindicalistas, aos setores da Igreja Católica progressista, aos setores marxistas da revolução cubana, além de outros quadros marxistas. Criticava a atuação das

⁵ Márcia Regina Berbel (1991, p. 36), afirma que antes mesmo da elaboração da Teologia da Libertação, as experiências da juventude estudantil cristã, através da JUC (Juventude Universitária Católica) entre 1960 e 1962, apontavam para a necessidade de uma prática política junto aos setores desprivilegiados da população, utilizando-se da literatura marxista.

organizações internas ao PT, como se fossem “partidos dentro do partido”, e suas concepções acerca do partido. Elucidavam que o PT não tinha surgido do seio destes movimentos revolucionários e que a atuação dos mesmos, atrapalhava a proposta do partido aberto e de massas.

Segundo a edição resumida dos textos com as propostas políticas da Articulação divulgada na época de seu surgimento, o partido vivia uma crise relacionada a resultados eleitorais, divergências internas, falta de propostas, cujo enfrentamento demandaria a superação de duas “tendências” que então se verificavam no partido: uma tendência reunia militantes vinculados ao pensamento marxista, oriundos de organizações marxistas, a outra tendência era formada por aqueles que defendiam a autonomia política dos trabalhadores, vinculados ao pensamento anticomunista, à crítica socialdemocracia formados por setores da Igreja, sindicalistas, intelectuais, estudantes e movimentos populares. Assim, a Articulação veio analisar os setores marxistas do PT como formuladores de uma proposta estreita, vanguardista e tradicional de partido de classe operária, confundindo o partido com os pequenos agrupamentos que habitualmente se intitulam representantes das massas exploradas. Ao invés de contribuírem para a construção de uma organização política forte, coesa, democrática e de massas, preferem se organizar à margem do PT.

A Articulação criticava as concepções adotadas pelas organizações que definiam o PT como frente de forças políticas. O MEP, por exemplo, acreditava na possibilidade de o partido ser a frente de partidos de esquerda por possuir um conjunto de forças sociais e políticas em seu interior. Baseado nestas implicações a carta aberta aos militantes do PT diz:

Definir o PT como ‘frente de forças políticas’ quer dizer o contrário da concepção original do PT, porque uma frente deste tipo, é a expressão de pontos comuns de forças políticas diversas, até mesmo de partidos políticos diferentes, em seus programas, em seus princípios, que se unem na luta concreta em determinado momento. É reduzir o PT a uma frente de grupos de esquerda, que ditariam seus caminhos. É reduzir o PT a uma colcha de retalhos, cujas posições políticas seriam o denominador comum às forças que o compõem. Finalmente, é reduzir o PT a uma situação pior do que era o antigo MDB, porque este era um partido tradicional da oposição burguesa hegemônico pelos liberais, que abrigava forças políticas diversas inclusive algumas correntes de esquerda; enquanto hoje, o PT, por essa concepção teria seu caráter e sua política determinados pelo conchavo entre os grupos de esquerda à revelia da grande massa dos trabalhadores que aderiram. (Viana, 1991, p. 107-108).

Com esta passagem constatamos que o Partido dos Trabalhadores pretendia desde seu início, ser um representante da classe trabalhadora, com política e programa próprios. Almejava participar das lutas políticas e sociais brasileiras, como o movimento sindical, o movimento de mulheres, de negros, ou seja, de todas as minorias em direitos sociais existentes no país. Por isso a Articulação dos 113 propunha que o PT fosse um partido de massas, democrático e socialista.

Sendo assim, a Articulação surgiu como uma corrente do PT que promovia críticas às organizações de esquerda por avaliar que elas impediam a construção de um partido autônomo.

Nos textos publicados no “Caderno de Teses Nacionais” podemos perceber que a Articulação dos 113 assumiu forte posicionamento de esquerda. O texto sobre a linha sindical tenta definir o sindicalismo classista, como “*independência em relação à burguesia e ao estado burguês*”; “*democracia operária nos sindicatos*” e, alerta que sem democracia interna não há sindicalismo de classe. No texto que aborda a política de alianças está proposto a “*frente única classista*” com os “*partidos e organizações socialistas*”, a “*frente democrática popular*”, uma aliança da classe operária com outras classes sociais, que devem integrar-se ao projeto socialista. A proposta de um governo democrático-popular e programa democrático-popular está ligada a ideia da conquista da hegemonia do proletariado na frente, que seria uma etapa democrática e popular e marca o início da transição ao socialismo. O texto sobre socialismo afirma que a conquista do socialismo só se deu por via revolucionária, seja através da tática da insurreição, seja pela tática da guerra revolucionária, seja ainda por uma tática que combinasse formas variadas de lutas revolucionárias.

Estes textos foram apresentados no Encontro Estadual de São Paulo com partes resumidas e algumas modificações. Posteriormente, foram apresentados no V Encontro Nacional e fora aprovado com algumas emendas. Estas propostas de esquerda devem-se ao fato da Articulação ser uma corrente constituída por marxistas ligados ao castrismo, assim como outros quadros ligados ao pensamento marxista.

Ao assumirmos que a Articulação seja a tendência majoritária do Partido dos Trabalhadores e que suas teses e propostas foram aprovadas em todos os Encontros Nacionais aqui elencados, e que estas discussões travadas entre as diferentes organizações e tendências são a expressão dos primeiros anos de vida petista, ou seja, representam as formulações contidas nos quatro primeiros Encontros Nacionais.

As Novas Tendências Petistas

A polêmica acerca das tendências se iniciou durante o 5º Encontro Nacional de 1987 através da resolução que regulamentava as tendências internas. Esta considerava inconciliável a existência de partidos dentro do partido. Assim, às vésperas do 7º Encontro Nacional em 1990, o Diretório Nacional regulamenta a resolução. Logo, as organizações presentes no PT deveriam acatar o programa petista, reconhecer o partido como estratégico para a construção do socialismo, não deveriam ter política própria, poderiam publicar jornais internamente ao partido, poderiam ter escritórios e sedes próprias desde que não constituíssem uma organização externa ao partido. Estava assim criada a polêmica.

A regulamentação de tendências representava a criação de uma identidade político-partidária, uma tentativa de homogeneizar o partido internamente. Segundo Costa (1998) esta regulamentação causou a dissolução das organizações marxistas leninistas.

O PRC, fundado em 1984 como uma organização revolucionária e clandestina, em 1989 passa por um processo de ruptura com a teoria marxista, tornando-se outra organização, a Nova Esquerda (NE). Esta é certamente a tendência petista que mais mudou suas concepções e sua ideologia. Em 1989, Tarso Genro, dirigente do PRC, afirmava que, não havia ‘uma crise revolucionária na sociedade brasileira’, havia ‘uma crise aberta’; no ‘movimento socialista como generalidade abstrata’. Até que os ‘valores se recuperem na URSS, revitalizam os pressupostos da democracia burguesa clássica e recolocam a questão democrática como uma questão de fundo para o socialismo, destacando a vitalidade da democracia burguesa clássica’.

O manifesto por uma Nova Esquerda (1989) inicia-se com uma análise da teoria da história, voltada para a crítica da teoria marxiana, apontando que Karl Marx, Frederich Engels e os autores que seguiram suas tradições teóricas, estariam aprisionados a determinadas contradições, que o conceito de razão estaria reduzido a uma razão instrumental. O marxismo havia se tornado uma razão dogmática e prostituída pela certeza, uma razão que já não constrói nada além de blindagens conceituais que a protegem do mundo.

O PRC mantinha suas concepções que entraram em conflito com o setor majoritário, a tática de desestabilizar a Nova República através de um processo cuja proposta era a construção de uma Alternativa Democrática, Operária e Popular, causou relações tensas e conflituosas entre o PRC e o PT. Para Silva (2001), esta alternativa se contrapunha à estratégia Democrática e Popular, formulada pela Articulação.

Com a queda do Muro de Berlim o paradigma do socialismo parece ter caído com ele. José Genoíno (1991) afirma ter rompido com a ortodoxia marxista dizendo “que se recusa a ter uma filiação doutrinária única”. A necessidade de afirmar que um novo projeto político era necessário, fez com que Genoíno realizasse declarações como estas. Líder do Partido Revolucionário Comunista, filiado ao marxismo-leninismo, em 1989 decidiu dissolver a organização e adotar o caráter de tendência petista.

O PRC assumiu uma denominação: Nova Esquerda. Suas críticas estavam direcionadas à ortodoxia marxista. Seus representantes se auto definem ideologicamente como socialistas democráticos que “busca pautar sua atividade política por um conceito revolucionário de emancipação da humanidade de emancipação do indivíduo”. (Genoíno 1991, p. 24).

O rompimento com a ortodoxia consiste em uma revisão da teoria socialista, assim como de seus conceitos. A luta de classes seria um instrumento analítico da teoria marxista para a compreensão da sociedade moderna. Nas análises da Nova Esquerda (1989) está explícita a ideia de que a revolução socialista representaria uma redução de análise contemporânea⁶.

O manifesto de lançamento da NE vem carregado de críticas ao dogmatismo como a necessidade de libertação “das heranças teóricas que oprimem nossos cérebros”. Juarez Guimarães (1989, p. 6) salienta que estas colocações elaboradas pela Nova Esquerda são resultantes da incompreensão do marxismo como filosofia da práxis.

O Movimento por uma Tendência Marxista (MTM) é um movimento interno ao PT surgido a partir da dissolução do PRC. Diferentemente da NE, este agrupamento é definido pelo marxismo, tido como corrente crítica e revolucionária. Por outro lado, houve a necessidade de se caracterizar como um partido de massas pluriclassista, como

⁶ Segundo Silva a tendência: Centraliza sua atuação no parlamento, compreendido como o lugar privilegiado para implementar a reforma do Estado. Esta política se expressou na resistência à palavra de ordem Fora Collor; na defesa da governabilidade do governo Itamar Franco; na cruzada pelo parlamentarismo; na proposta de participar positivamente da revisão constitucional; na insistência, reiterada em vários momentos, em prol de uma ampla política de alianças da esquerda e centro-esquerda; na defesa da reforma do Estado. (SILVA, 1998, p. 170).

unificador de tendências com frações de classes diferentes. O MTM acreditava que a revolução brasileira não poderia ser concretizada por uma única classe social, o que implicaria a construção de uma união das classes dominadas e oprimidas.

Em suas formulações, *Resoluções da I Conferência Nacional do Movimento por uma Tendência Marxista do Partido dos Trabalhadores* (1991), o PT aparece como uma organização revolucionária e socialista, como um partido operário e popular. Pretendiam fazer sua defesa como um organismo que assumisse um papel estratégico abordando o debate acerca da ruptura da teoria marxista pela Nova Esquerda. A formação desta tendência é parte integrante da construção do Partido dos Trabalhadores.

Entendemos, assim, que o Movimento por uma Tendência Marxista do PT acreditava que o partido ainda se encontrava em disputa e que suas bases organizativas estavam a construir a identidade petista. Parecem não levar em consideração os dez anos de formação partidária, as lutas travadas ao longo da década de 1980 e os processos eleitorais dos quais o PT havia participado, que por sua vez permitiram uma guinada à direita no espectro político, devido ao peso e a importância dadas à institucionalidade.

Este movimento petista, por outro lado, discordava das formulações da Nova Esquerda no tocante à avaliação da falência do regime socialista do Leste Europeu. Acreditavam que era o fim de um processo aberto controlado pelas políticas de Stalin e que se tratava do colapso de um conceito economicista do socialismo. Destas diferentes concepções acerca da bancarrota no Leste Europeu surgiram duas tendências: A Nova Esquerda e o Movimento por uma Tendência Marxista.

Em 1990, ao longo do Encontro Nacional que deveria formar a NE, surgiram duas teses. Uma intitulada *Para uma estratégia revolucionária* (1990), que defendia que o marxismo não representaria mais a expressão do operariado, negando assim, sua filiação a esta doutrina, a outra tese apresentada *PT: que socialismo* (1990), defendendo uma postura não ortodoxa acerca do marxismo, porém manteve-se muitos dos princípios revolucionários marxistas, o que resultou em uma apreciação de tipo dogmática pelos integrantes da Nova Esquerda.

Os militantes de Minas Gerais ao formarem o MTM, a partir de um grupo que era conhecido como Corrente Revolucionária, não haviam rompido com a Nova Esquerda por ela ter sido constituída somente no Encontro Nacional. Rogério Corrêa (1990) afirma que a negação de incorporar a NE deveu-se ao fato dela ter rompido com o marxismo, renunciando à elaboração de uma via revolucionária da classe trabalhadora. No entanto, afirma que o Movimento por uma Tendência Marxista do PT também havia negado o

dogmatismo, ou seja, a negação adveio de fato ao stalinismo, que acabou desqualificando a filosofia da práxis, colocando o marxismo como alvo central do combate teórico, o abandono da luta de classes como determinação objetiva da estratégia socialista.

Outra grande mudança nas bases organizativas do PT foi a expulsão da Causa Operária em 25 de março de 1990, em uma resolução publicada pelo Diretório Nacional, *O PT e as Organizações* (1990). Esta resolução decidiu não reconhecer a Causa Operária como tendência petista. Conforme documento a CO teria infligido dois itens da Resolução sobre Tendências do 5º Encontro Nacional. “O PT afirma não admitir em seu interior, organizações com políticas particulares em relação a política geral do partido”. (5º Encontro Nacional, 1987). Temos também outro item da resolução que afirma: “A tendência não pode construir um partido distinto do PT e deve reconhecer expressa e praticamente o PT como partido estratégico no rumo do socialismo”. (5º Encontro Nacional, 1987). Esta era acusada de manter uma dupla militância no interior do partido. A resolução ordenava que abandonassem suas vinculações com os demais partidos, organizações autônomas, se não fossem o PT⁷.

Esta declaração confronta a Resolução Política petista do 5º Encontro Nacional sobre as tendências internas, pois uma vez regulamentado o direito de tendências, as organizações deveriam abrir mão de sua atuação em outros agrupamentos políticos e deveriam também aceitar o Partido dos Trabalhadores como estratégico. Com este debate aberto pelo Diretório Nacional a Causa Operária não foi reconhecida como uma tendência interna sendo automaticamente desligada do partido.

A Causa Operária negou a acusação de que poderia vir a construir um partido revolucionário fora do PT, este seria o embrião do partido da transformação social, socialista. Ao longo de sua trajetória defenderam uma política voltada aos trabalhadores, à construção de uma organização classista, que fosse representante da revolução socialista.

Paulo Okamoto, presidente do PT – SP, No Jornal da Tarde (30/03/ 1990), afirma que a expulsão da Causa Operária é a primeira de uma série, que poderá incluir outras

⁷ O estopim desta polêmica foi a publicação, em 1988, de uma Resolução Política da III Conferência da Organização da Quarta Internacional (OQI), no jornal Causa Operária, onde diz: A nossa participação nas eleições, lançando candidatura ou apoiando candidatos pelo PT não está determinada de forma alguma pelas características do programa do PT, mas pelo fato de que este se constitui em um terreno – na medida em que é uma referência eleitoral para os trabalhadores e o ativismo sindical e que se apresenta de forma independente das organizações da burguesia – onde se possa realizar um reagrupamento revolucionário no sentido da construção de um partido operário revolucionário. (Causa Operária 1988).

correntes como o PRO, PCBR, POR, O Trabalho, caso estas não acatem as determinações petistas. Este fora mais um processo de metamorfose da atuação política do Partido dos Trabalhadores que culminou com o processo de reestruturação da Nova Ordem Mundial.

A Convergência Socialista também foi alvo de duras críticas do Diretório Nacional. Durante uma greve dos servidores municipais de Timóteo (MG) a CS rompe com as determinações da administração municipal, governada pelo PT, durante o processo de negociação. Temos aqui mais um caso de uma tendência petista que rompe com as determinações da Resolução sobre Tendências de 1987. Este foi um processo de ruptura iniciado pela organização, que em 1993 acabaria expulsa do partido por não acatar as decisões petistas. Outro episódio ocorreu em Diadema/SP em uma ocupação de um terreno que ocasionou a expulsão de um vereador ligado a CS.

Em artigo, a DS critica a atuação da Convergência Socialista afirmando que esta procurava construir um PT das origens. Se usa de métodos que se opõem às resoluções dos Encontros e Congressos petistas. Afirma que a tendência aponta que os principais problemas enfrentados pelo partido encontram-se nas administrações municipais, ao invés de enfrentar os patrões e os governos, apoiados nas grandes mobilizações populares, o PT vem se posicionando contra elas. Desta forma a CS é acusada de sectária em relação à sua visão com a política e com os demais setores do movimento operário.

Na prática, a CS atuava como fração pública do PT. Essa tática expressava uma análise sobre o PT e a sua direção hegemônica que, paulatinamente, se tornava predominante no interior da CS: a ideia de que o movimento de massas estava em ascenso e chocava-se com a direção petista integrada à ordem burguesa e em crescente desprestígio diante das bases, particularmente onde o PT administrava o aparato burguês municipal (Silva 2001).

Com isso a Convergência Socialista pretendia ganhar a direção dos movimentos classistas. Segundo Silva (2001) a tática era aprofundar suas críticas ao setor majoritário do PT e da CUT fortalecendo sua imagem nas disputas sociais e eleitorais. Em 1990 o Diretório Nacional exigiu que a CS deveria tornar-se tendência interna do partido, ao passo que haviam setores que pediam sua expulsão. Silva (2001) ressalta que vários dirigentes pediam sua expulsão, como é o caso de Luiz Gushiken.

Para discutir a postura da corrente com o PT, foi formada uma comissão composta por Cesar Alvarez, João Machado e Perseu Abramo. A comissão alegou o não reconhecimento da Convergência Socialista explicitando que esta teria uma postura

político-partidária independente ao partido alegando que possuía políticas próprias, distribuição de jornais fora do PT, manutenção de sedes próprias, entre outros.

Os dirigentes da CS recorreram a esta decisão alegando que estiveram presentes no partido desde sua fundação, que a atuação da CS não era contraditória aos direcionamentos partidários, pois sempre acataria as resoluções políticas, inclusive a regulamentação de tendências do 5º Encontro Nacional, sempre havia atuado nos movimentos sociais como petistas.

Entretanto, Silva (2001) afirma que os conflitos internos entre o PT e a Convergência Socialista não tiveram um fim à partir desta definição da Comissão Executiva Nacional, pois em 1992 a tendência seria expulsa do partido, e um ano depois viria a fundar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

Outra mudança significativa foi a fundação da tendência Projeto para o Brasil (PPB) em 1991, que se tornou posteriormente Democracia Radical. Originado a partir de um manifesto apresentado ao I Congresso (1991), intitulado *Um projeto para o Brasil*.

Este documento trouxe uma série de questões como a necessidade de renovação, a crítica ao autoritarismo da trajetória da esquerda. Esta nova tendência petista trazia a importância da heterodoxia. Segundo Azevedo (1995) a Democracia Radical é uma corrente situada no campo da direita e era composta por ex-integrantes da Articulação, como o paulistano Francisco Whitaker, Irma Passoni, Vitor Buaiz, José Genoíno e Eduardo Jorge que liderava a Vertente Socialista.

Segundo Pomar (2005) a conversão à direita foi muito intensa entre integrantes da tendência trotskista O Trabalho. Antonio Palocci, Luís Gushiken, Clara Ant são exemplos de ex-militantes da tendência que também formularam críticas à história do marxismo e ao socialismo real, assim como aconteceu com Genoíno e Tarso Genro.

O manifesto *Por um PT Socialista e Revolucionário* (1991) lançado por tendências da esquerda, Movimento por uma Tendência Marxista, Força Socialista e Vertente Socialista, denuncia a direitização do partido. Afirma a necessidade do desenvolvimento de uma alternativa revolucionária, critica as correntes que defendiam o reformismo e enfatiza que ser inovador é o acúmulo revolucionário das lutas sociais. Trata-se de garantir a transição revolucionária nas condições históricas brasileiras, aos trabalhadores o poder político, o status de classe dirigente.

Considerações Finais

Observamos ao longo desta pesquisa que o PT não é mais o mesmo de suas origens, toda radicalidade apresentada até o fim da década de 1980 se desfaz com o advento do fim do socialismo real. Com a conquista de prefeituras e cargos parlamentares, a institucionalidade ganha demasiado espaço na atuação petista. Muitos militantes ligados aos movimentos populares assumiram cargos de importância nos governos. O apontamento petista como alternativa eleitoral acompanhou o crescimento da máquina partidária e a consequente burocratização.

A Articulação havia se tornado a tendência majoritária conseguindo aprovar suas propostas e ditar os rumos do PT, e muitas outras tendências entraram em um processo autocrítico e de reformulação teórica. Aqui podemos confirmar a hipótese de que a metamorfose da atuação política do Partido dos Trabalhadores tenha se dado no período de 1987 – 1991, quando ocorre a queda do muro de Berlim e o desmonte da URSS. Como tentamos demonstrar ao longo desta pesquisa, as grandes transformações conjunturais estabelecem-se neste período, assim como as transformações políticas partidárias.

O processo de aceitação da institucionalidade negando suas origens, nas quais o partido apresentou-se ao mundo como diferente dos partidos ditos tradicionais, o aprofundamento da proposta de democracia representativa se contrapôs ao socialismo, ou seja, o que era um meio para se alcançar a transformação social, tornou-se um fim em si mesmo. As tendências representativas da esquerda revolucionária petista, sendo algumas delas oriundas do processo da luta armada, foram expulsas. Essas são as hipóteses confirmadas nesta pesquisa.

Referências bibliográficas

- Angelo, Vitor Amorim de (2007). *A Trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. 2007 f. Dissertação – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Almeida, Paulo Roberto de (2003). “A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do governo Lula”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, jun.
- Azevedo, Clovis Bueno de (1995). *A Estrela Partida ao meio. Ambigüidades do pensamento petista*. Entrelinhas: São Paulo.
- Berbel, Márcia Regina (1991). *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura (1978 – 1980)*. Dissertação (Mestrado) História, FFLCH da USP, São Paulo.
- Betto, Frei (1999). “Cristianismo e marxismo”. In: LOWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina: uma utopia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Betto, Frei (1979). “A Educação nas classes populares”. In: *Encontros com a civilização brasileira*. v.13 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Boron, Atílio A (1994). *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Brunhoff, Suzanne de (1991). *A Hora do Mercado. Crítica do Liberalismo*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Cadernos da Articulação (1987). Teses Nacionais. “Por um PT de massas, democrático e socialista”. São Paulo.
- Cadernos da Democracia Socialista (1988). “Teses”. São Paulo.
- Causa Operária (1988). “Bases Programáticas: A Luta por um partido operário no Brasil”. São Paulo: n° 1, set.
- _____(1990). “Em defesa do direito de tendência no PT”. São Paulo: n° 110. Setembro.
- Cicone, Reinaldo Barros (1995). *Da intenção ao gesto: um olhar gramsciano sobre a possibilidade de integração do PT à ordem*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp.
- Costa, João Bosco de Araújo (1998). *O Imaginário político do Partido dos Trabalhadores: o petismo, o sistema representativo e o poder local*. Tese (Doutoramento). São Paulo, PUC.

- Chauí, Marilena (1986). *O PT leve e suave?* São Paulo: Ed. Brasiliense.
- David, Samuel (2004). “As bases do petismo”. Campinas: Opinião Pública. VOL. X, nº 02, Outubro.
- Desvios (1983). “A Rebelião do coro, autonomia e vontade política”. São Paulo: nº 2, ago.
- Dias, Reginaldo Benedito (1983). “Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a ação popular na história do catolicismo”. In Revista Brasileira da História das Religiões. Ano I, nº 1.
- Diretório Nacional (1990). “O PT e as Organizações”. São Paulo.
- Dussel, Enrique (1999). “Teologia da Libertação”. In LOWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina. Uma utopia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: ed. Perseu Abramo.
- Em Tempo (1981). “O PT e o partido revolucionário no Brasil”. São Paulo.
- _____(1989). “A “Nova Esquerda” e o marxismo”. São Paulo: nº 239. Outubro.
- _____(1990). “VII Encontro: a consolidação da democracia”. São Paulo: nº 245, junho.
- _____(1990). “Regulamentação das tendências internas”. São Paulo: nº 245, junho.
- _____(1990). “O PT e as eleições de 90”. São Paulo: nº 246, jul/.
- _____(1990). “A Esperança não foi as urnas”. São Paulo: nº 248. Outubro/novembro.
- _____(1990). “Morte do Comunismo? ” São Paulo: nº 248. Outubro/novembro.
- _____(1991). “Congresso do PT: Acertando o rumo”. São Paulo: nº 252. Agosto.
- _____(1991). “As letras do I Congresso”. São Paulo: nº 252. Agosto.
- _____(1991). “As tendências e a construção partidária”. São Paulo: nº 252. Agosto.
- _____(1991). “Uma crítica ao ‘Projeto para o Brasil’”. São Paulo: nº 255. Novembro.
- _____(1991). “Venceu a democracia”. São Paulo: nº 256. Dezembro.
- Fernandes, Florestan (1975). *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Gadotti, Moacir; PEREIRA, OTAVIANO (1989). *Para que PT: origem, projeto e consolidação do partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez.
- Garcia, Marco Aurélio (1994). “Esquerdas: rupturas e continuidades”. In: Evelina Dagnino (org.) *Anos 90: sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Gohn, Maria da Glória M (1995). *História dos movimentos e lutas sociais*, São Paulo: Loyola.
- Jr, Armando Boito (1999). *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, São Paulo: Xamã.
- Gramsci, Antonio (2000). *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Greinacher, Norbert (1995). "Teologia no "Primeiro Mundo"?" In BOFF, Leonardo (org). *Igreja: Entre norte e sul*. São Paulo: ED. Ática.

Gurgel, Claudio (1989). *Estrelas e borboletas: Origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: ed. Papagaio.

Gruppi, Luciano (1978). *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: edições graal, p.11 e seguintes.

Iasi, Mauro Luis (2006). *As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento*. Editora: Expressão Popular, São Paulo.

Keck, Margaret E (1991). *PT a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ed. Ática.

Karepovss, Dainis e Leal, Murilo (2007). "Os Trotskismos no Brasil: 1966-2000". IN: Ridenti, Marcelo e Reis, Daniel Aarão (orgs). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Lenin, V. (1983). *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Hucitec.

"Manifesto, Programa, Estatuto e Discurso de encerramento da 1ª Convenção Nacional" (1981). São Paulo.

Martinez, Paulo Henrique (2007). "O Partido dos Trabalhadores e a Conquista do Estado: 1980-2005". IN Ridenti, Marcelo e Reis, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

MCR (1985). "Resoluções do 1º Congresso do Movimento Comunista Revolucionário". São Paulo.

Meneguelo, Raquel (1990). *PT: A formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Mesquita. Rui Gomes de Mattos de (2005). *O mito democrático-revolucionário da década de 1980: estudo sobre uma experiência radical de democracia*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE.

Nova Esquerda (1990). "Por uma Nova Esquerda". São Paulo.

O que é a Democracia Socialista (1983). "As posições políticas da Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista". São Paulo.

Oliveira, Francisco de (1986). *Qual é a do PT?* Ed. Brasiliense: SP.

Przeworski, Adam (1994). *Democracia e Mercado. Reformas Políticas e Econômicas no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Ramos, Alcides Freire (2006). “A luta contra a ditadura militar e os intelectuais de esquerda”. In Revista de História e Estudos Culturais. Universidade Estadual de Uberlândia: vol. 3, nº 1, jan/fev/mar.

Silva. Antonio Ozaí da [1986?]. *História da tendências no Brasil. Origens, cisões e propostas*. São Paulo: Dag Editorial.

_____(2001). “O Trabalho (OT) – Corrente Interna do Partido dos Trabalhadores”. REA. Ano I, nº 01, junho.

_____(2001). “A Democracia Socialista (DS)”. REA. Ano I, nº 02, julho.

_____(2001). “As origens e ideologia do Partido dos Trabalhadores Unificado (PSTU)”. REA. ANO I, nº 03, agosto.

_____(2001). “A Causa Operária”. REA. Ano I, nº 04, setembro.

_____(2003). “Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores. (Uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação-PT)”. REA. Ano II, nº 22, março.

_____(2008). “A Esquerda marxista e o PT”. REA. Nº 87, agosto.

Skidmore, Thomas. *Brasil de Castelo à Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Sousa. Lincoln Moraes de (2004). *Crônica de um partido não anunciado: programa e governos do PT entre 1979-2000. Tese de doutoramento*. Campinas: Unicamp.

Souza, Maria do Carmo C. Campello de (1976). *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

O Trabalho (1987). “Um balanço do 5º Encontro Nacional do PT: o Partido saiu desarmado”. Boletim O Trabalho, nº 8 (nº 262) extra, dezembro.

Viana, Gilney Amorim (1991). *A Revolta dos Bagrinhos*. Belo Horizonte: Segrac.